

VILLEGAGNON, A FRANÇA ANTÁRTICA E AS QUERELAS RELIGIOSAS DA FRANÇA QUINHENTISTA

Aspirante Pedro Lucas de Deus dos Santos

Aspirante Julia Domingues Portugal

De modo que, de agora em diante, nada se faça sem a opinião do Conselho, de tal forma que, se eu ordenasse alguma coisa em prejuízo de alguém, fosse sem efeito nem valor, se não fosse autorizada e retificada pelo Conselho. Todavia, eu me reservei um ponto: é que, a sentença tendo sido ordenada, me fosse permitido perdoar o malfeitor, de modo que eu possa ajudar a todos, sem prejudicar ninguém. Eis os meios pelos quais deliberei manter e defender nosso estado e dignidade.¹

O trecho acima faz parte de uma carta que Nicolas Durand de Villegagnon escreveu da Guanabara a João Calvino, protagonista da Reforma Protestante. Nela, o Vice-Almirante da Bretanha se exime da total responsabilidade do julgamento e execução de alguns malfeitores que ambicionavam um atentado contra sua vida, e, analogamente, apresenta de forma prematura sua defesa em torno das acusações futuras dos autores calvinistas acerca da execução de três huguenotes na França Antártica, compartilhando a responsabilidade das sentenças estabelecidas, em alguma medida, a um tribunal colegiado recém-criado – o Conselho. Este último episódio marcou o fim de um período de relativa tolerância religiosa na Guanabara. Por outro lado, deu início a uma série de dissidências que comprometeriam a unidade colonial dos franceses no Brasil e, em decorrência, a própria continuidade da colônia, instalada desde 1555 na Ilha onde hoje está situada a Escola Naval.

O propósito deste artigo é analisar as motivações do cavaleiro de Malta na fundação de uma colônia

francesa no Novo Mundo, bem como o objetivo da mesma, tendo como problemática o enredo dual – católico e protestante – dos acontecimentos na Guanabara, a fim de ponderar a influência das questões religiosas no projeto colonial francês. Para alcançar sua finalidade, a pesquisa investigou algumas das cartas escritas pelo Almirante francês, os textos correlatos de Jean Crespin e Jean de Léry, bem como se apoiou na historiografia e filosofia política especializada, sobretudo nos trabalhos de Olga Pantaleão e Sérgio Buarque de Hollanda,² Sérgio Cardoso³ e Vasco Mariz.⁴

Villegagnon amejou conhecimentos náuticos em função de seu ingresso, em 1531, na Ordem de São João de Jerusalém, uma organização militar e católica sediada em Malta. Oriundo da pequena nobreza da França, teve excelente formação acadêmica pelas Universidades de Orléans e Paris, onde se graduou em Direito. Ainda jovem, adquiriu experiência militar servindo em uma esquadra organizada pelo Imperador Carlos V, que desferiu ataque aos mouros de Argel. O sucesso da expedição estaria garantido se não fosse uma tempestade que assolou a frota do Imperador, ocasionando naufrágios de suas galeras e isolando a tropa imperial em terra, o que possibilitou uma violenta invertida dos argelinos. Graças à resistência dos

¹ Carta de Villegagnon a João Calvino, datada de 31 de março de 1557. Cf. VILLEGAGNON, N. D. *Cartas por N. D. de Villegagnon e textos correlatos por Nicolas Barré e Jean Crespin (coleção franceses no Brasil vol. 1)*. Rio de Janeiro: Batel, 2009, pp. 55-59.

² PANTALEÃO, Olga. “Franceses, ingleses e holandeses no Brasil quinhentista”. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *A época colonial, tomo I: do descobrimento à expansão territorial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, pp. 147-175.

³ CARDOSO, Sérgio. “Uma fé, um rei, uma lei: a crise da razão política na França das Guerras de Religião”. In: NOVAES, Adauto (org.). *A crise da razão*. São Paulo: Companhia de Letras, 1996, pp. 173-193.

⁴ MARIZ, Vasco. “Villegagnon e a França Antártica”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 444, jul/set 2009, pp. 25-37.

Cavaleiros de Malta, Carlos V conseguiu escapar da surtida, e Villegagnon, gravemente ferido no braço esquerdo por uma lança durante o confronto, recebeu palavras de agradecimento do Imperador pela sua bravura no conflito.

Em 1548, o rei Henrique II de França ordenou que Villegagnon sequestrasse a jovem Maria Stuart, principal pretendente ao trono escocês, com o objetivo de noivá-la com o delfim, futuro Francisco II. Desse modo, a Escócia católica se agregaria à composição de territórios que constituíam a monarquia francesa. Villegagnon, comandando quatro galeras, conseguiu burlar o bloqueio da esquadra inglesa e, em 07 de agosto de 1548, desembarcou da fortificação de Dumbarton, com a jovem Stuart a bordo de seu navio. Desde então, Henrique II dispôs de estima pelo nobre marinheiro, promovendo-o em 1553 a Vice-Almirante da Bretanha.

Em 1552, Villegagnon recebeu ordens do rei da França para fortificar o porto de Brest, onde ouviu histórias de marinheiros sobre viagens às terras no litoral da América. Uma delas é citada por Jean Crespín em seu livro: “[...] uma longínqua viagem que fizera outrora às Índias Meridionais na parte do Brasil; louvando grandemente a temperatura do ar do país, a beleza e serenidade do céu, a fertilidade da terra, a abundância dos víveres, as riquezas e grandes bens desconhecidas totalmente dos antigos”.⁵

Os motivos que ocasionaram a vinda do Vice-Almirante para as terras do Brasil podem ser colocados em pauta a partir de diferentes perspectivas, futuramente aqui expostas. Jean Crespín aborda em sua obra uma razão de natureza mais pessoal, pois Villegagnon, enquanto em sua estadia em Brest, teria se desentendido com o Governador local, sendo essa querela o sustentáculo sob a qual o escritor francês apoia a justificativa da partida do primeiro. Afirma ainda que o cavaleiro de Malta ficou insatisfeito pela posição do rei, em favor do Governador; e “que seu coração não podia mais comportar de ali ficar ou residir, tendo em vista a magra coleta que havia recebido por seus serviços passados”.⁶ Então, contaminado pelo entusiasmo



Antoine Caron: Alegoria da guerra

em relação às terras no além-mar, o cavaleiro de Malta desejou abandonar a França de forma honrada, mantendo sua reputação. Nesse sentido, a apresentação de um projeto colonizador poderia ser bem recebida pelo rei francês, uma vez que a França se beneficiaria com a construção de uma colônia no Novo Mundo. Ressalta-se, no entanto, que ao analisar os escritos de caráter suíço de Crespín, deve-se levar em consideração as observações de Paulo Knauss de que, aos olhos do historiador, parece haver “um cruzamento da memória antifrancesa e genebrina, que se constrói em torno da identidade protestante”.⁷

Genebra, o cantão da Suíça, no início do século XVI vivia sob influência da França católica. A população, no entanto, tendo uma mente crítica e um certo nível de educação, ambicionava a independência política. Ainda na década de 1530, os genebrinos se declararam como protestantes e membros de uma república, a qual se tornaria a matriz central da Igreja Reformada e, posteriormente, abrigaria um dos maiores ícones

⁵ Jean Crespín em *História dos mártires perseguidos e mortos pela verdade do Evangelho*, cf. VILLEGAGNON, N.D. *op. cit.*, p. 129.

⁶ *Idem.*

⁷ Apud MARIZ, Vasco, *op. cit.*, pp. 31-32.

protestantes que reformou a estrutura social e política da cidade, João Calvino. Essa memória, de afirmação da autonomia política e negação da influência francesa sob a região, ao acompanhar a cronologia histórica da região, influenciou na concepção do protestante sobre a formação de sua identidade, numa relação dual, pois à medida que a cidade mudava em decorrência das ideias protestantes de Calvino, a estruturação identitária protestante interiorizava às questões políticas genebrinas.

Há também a ideia defendida contundentemente por alguns autores, de que Villegagnon idealizara uma cidade utópica no Novo Mundo. Nela, os huguenotes, frente às dissidências de teologias cristãs na França, culminantes numa Guerra Religiosa que durou décadas, poderiam se refugiar, vivendo em harmonia com católicos e servindo melhor a Deus. Para que se tenha uma ideia do impacto das Guerras de Religião na França, e ao mesmo tempo não extrapolar os limites deste artigo, vale citar um exemplo bastante representativo: as pinturas de Antoine Caron.

Caron (1515-1593) foi um pintor francês ativo durante os reinados de Charles IX e Henrique III. Em seus trabalhos, reflete a elegante, porém instável, corte dos Valois. Contratado, no período entre 1540 e 1550, pelo artista italiano Francesco Primaticcio, Caron se encarregou de ornamentar o castelo de Fontainebleau, integrando, então, a chamada Escola de Fontainebleau. Em geral, essa Escola é considerada a responsável por introduzir a arte do Renascimento italiana na França. Caron foi designado, em 1561, para ser pintor da corte de Catarina de Medici e Henrique II. Seus trabalhos abrangem, principalmente, três categorias: violência, alegorias e o ‘maravilhoso’. Manteve-se firme ao chamado estilo artístico “maneirista”, produzindo figuras alongadas e distorcidas, estilização e perspectiva exageradas, oblíquas e assimétricas. Além disso, empregou um uso não naturalista das cores, permitindo uma forte combinação das mesmas em suas obras.

Na *Alegoria da Guerra*, também chamada de *Diálogo entre o Príncipe e a Morte*, observamos um governante, um príncipe, junto à figura da morte em forma de esqueleto. Há também inúmeras pessoas deitadas, sem vida, no chão, ao redor dos personagens. Esteticamente, destaca-se o referido estilo ma-

neirista do pintor Antoine Caron. O quadro pode ser associado a uma indagação do príncipe sobre as consequências de uma guerra. Trata-se, de fato, de uma alegoria da autorreflexão – representada pela mão em seu peito – já que o príncipe discute com a sua própria experiência de guerra, que fica materializada no quadro pela figura da morte. Percebe-se, aqui, que o personagem principal dessa cena não precisa de um intermediário para realizar essa discussão; isto é, ele não precisa de um filósofo, visto que ele discute com a experiência da morte que está dentro dele mesmo, em sua consciência. Desse modo, o governante vivencia uma autorreflexão de modo a conhecer a si mesmo, tomando consciência das condições de sua nação, antes de conhecer o mundo, antes de experimentar, portanto, a própria guerra. Assim, o príncipe participa de um diálogo socrático consigo mesmo. Nesse contexto, fazendo uso da dialética socrática, o personagem questiona a própria sabedoria do que é entrar em guerra, negando suas concepções em busca de um conhecimento mais elevado. Sócrates compreendia que as ideias estão no interior dos homens, sendo conhecidas por sua alma eterna, e que, para conhecê-las, é preciso realizar os questionamentos corretos para que os homens pudessem recordar essas ideias prévias. A obra em questão sugere que o príncipe, sozinho, sem o auxílio de um filósofo, é capaz de tomar consciência dessas concepções que residem em seu interior, de forma que ele só poderá atingir esse objetivo por meio do exercício reflexivo, trazendo à luz um conhecimento que o permita manter ou ampliar seus domínios territoriais, políticos e religiosos.

É por causa desse contexto de Guerra de Religião que alguns vinculam as causas da França Antártica a um projeto de harmonia. Contudo, além da ideia proposta no início do primeiro capítulo do livro de Jean de Léry,⁸ as circunstâncias que apontam para essa afirmação fazem sentido somente se observadas na perspectiva da narrativa calvinista, criada após os acontecimentos seguidos da querela eucarística da Páscoa de 1557.

De fato, houve numerosos protestantes no recrutamento para povoar a colônia francesa na América,

⁸ LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1961.

tal proposta foi de bom grado para aqueles que fugiam da perseguição religiosa na França. Para Villegagnon, no entanto, o intuito da propaganda era conseguir mão de obra para o estabelecimento do projeto colonial, de modo que não ocorreu por parte deste, uma busca exclusiva por protestantes, nem a propagação da ideia de que no além-mar seria estabelecida uma colônia protestante no Brasil. A atuação do Almirante Coligny, após sua conversão ao protestantismo, junto aos magistrados de Genebra, para elaborar a primeira expedição evangelística calvinista no Novo Mundo foi, ao que tudo indica, um ato unilateral sem participação do cavaleiro de Malta. Além disso, o Vice-Almirante dispunha da habilidade destacada por Vasco Mariz como *langue de bois*,⁹ ou seja, uma aparente neutralidade quanto ao conflito das facções de teologias diferentes. Associada a uma certa nebulosidade nas conversas com os calvinistas, tal comportamento era fundamentalmente importante no projeto colonial, porque o cenário oposto não respondia de fato às suas demandas.

A concepção dessa motivação, para o projeto colonial na Guanabara, pode ter sido fruto da campanha difamatória desenvolvida na França pelos huguenotes, após o retorno do pastor Pierre Richier e dos relatos do evento que, em seu livreto, Jean Crespín irá escrever, 40 anos após o ocorrido acerca dos três reformistas mortos na Guanabara, cuja culpa o editor francês irá atribuir isoladamente a Villegagnon. Em 1557, o cavaleiro de Malta recebeu de forma amigável a delegação francesa comandada por Phillipe de Carguilleray, senhor Du Pont, que contava com a presença do religioso Jean de Léry, Jean de Cointá, os pastores Pierre Richier e Guillaume Chartier, que escreveram, em carta a Calvino, que Villegagnon se mostrara como “um pai e irmão dos recém-vindos”.¹⁰

A hipótese de que as motivações de Villegagnon se fundamentavam em uma vida harmônica entre católicos e protestantes é contrária aos eventos sucedidos na celebração da Páscoa de 1557. Em meados de abril, durante a cerimônia de celebração da Ressurreição de Jesus, em que se realizava a Santa Ceia, houve discordância entre católicos e protestantes a respeito da presença

de Cristo na Eucaristia: para os católicos, as espécies da Santa Ceia se transformavam no corpo do Messias; já para os protestantes, os elementos envolvidos no culto eram apenas representativos da presença divina.

Ele se servia do sacramento de vossa Ceia para aprovar nossa doutrina, pregando que ele consistia em duas espécies: uma visível, a outra invisível. Dizia que a invisível era uma realidade intelectual, não corporal, que se recebe pela fé, tanto que, se acreditasse que Jesus morreu e ressuscitou por nós e que é Ele que ali nos é oferecido, é assim que é. Se não, não passa de pão o que se come em vossa Ceia.¹¹

Estava lançada a controvérsia religiosa que levou Villegagnon a expulsar aqueles que faziam propaganda daquela religião, que negava o rito mais simbólico da fé católica, e em última instância, desafiavam a estrutura monárquica francesa. Após dificuldades no desembarque da colônia, cinco huguenotes permaneceram na França Antártica, sendo três destes condenados pelo Conselho da colônia sob justificativa de que, segundo alguns autores, teriam continuado a disseminar a teologia protestante, mesmo sendo proibidos de fazê-la; já outros, alegam que os protestantes representavam uma ameaça política à colônia, o que na filosofia de Bodin é indissociável, já que, uma vez afrontada a fé, a ordem política também estava ameaçada.

Além disso, as suspeitas e o julgamento do Conselho não se mostram infundados se considerada a intenção de Coligny, ao enviar missionários franceses com o propósito de recolher informações para a possível fundação de uma colônia protestante, destinada a refugiar franceses perseguidos pelos reis católicos. Isso poderia ocorrer, no entanto, sem a inteira participação de Villegagnon, já que este era um cavaleiro da Ordem de Malta, conhecedor da teologia católica, e leal ao reinado de Henrique II, a quem servira em tantas empreitadas de outrora.

É fato que, pela carta de Villegagnon a Calvino, foi estabelecida, *a priori*, uma relação de cordialidade, notável no saudosismo do Almirante – “Nosso Senhor Jesus Cristo queira vos defender de todo mal,

⁹ MARIZ, Vasco, *op. cit.*, p. 30.

¹⁰ PANTALEÃO, Olga, *op. cit.*, p. 155.

¹¹ Carta de Villegagnon aos Magistrados de Genebra, datada de 13 de julho de 1560, cf. VILLEGAGNON, N. D., *op. cit.*, p. 64.

com vossos companheiros, fortificar-vos por seu espírito, prolongue vossa vida por longo tempo para o bem de sua igreja”.¹² Em alguma medida, isso devia refletir o cenário professo da colônia francesa até meados de abril, quando a controvérsia religiosa se instalou na França Antártica. Pela ausência de assertividade teológica protestante por parte do Vice-Almirante da Bretanha, é inautêntica a afirmação de que este teria professado a fé protestante. Nessa mesma carta, já mencionada no início deste artigo, é possível afastar a culpa atribuída isoladamente a Villegagnon pela condenação de Jean du Bourdel, Mathieu Vermeil e Pierre Bourdon, já que é referida a criação do Conselho de Notáveis. Não se exclui, contudo, a tentativa conciliadora de Villegagnon e a tolerância aos protestantes até a Páscoa de 1557, pois o Almirante precisava de mão de obra para erigir a fortificação de Coligny, defendê-la de ataques dos membros da empresa lusa que, em terra, desenvolvia-se desde o início do século XVI, e nas demais atividades necessárias para consolidar com sucesso a colônia francesa na Guanabara. Além disso, o cavaleiro de Malta não tinha conhecimento aprofundado sobre a teologia protestante até aquele momento.¹³

A tolerância do Vice-Almirante da Bretanha tangencia a ideia de L'Hôpital na França de que, frente a uma eminente guerra civil gerada pela dissidência religiosa, melhor seria permitir o culto protestante do que lidar com a gravidades das consequências de um conflito armado, mesmo tal pensamento sendo oposto às concepções religiosas da época. Todavia, o próprio chanceler francês, em seu discurso de abertura dos Estados Gerais de 1560, explicita que pressupor uma convivência pacífica entre povos de religiões diversas é uma irracionalidade, já que a esperança de que indivíduos de religiões distintas reconheçam e obedeçam a lei fundamentada em preceitos sagrados distintos daqueles, é infundada. Assim, uma vez contrariada a religião da monarquia, as leis que mantinham a ordem política e social, em decorrência, são postas sob caráter duvidoso.

Esse questionamento, em último grau, alcança a essência do poder legítimo do rei, de modo que,

¹² Carta de Villegagnon a João Calvino, datada de 31 de março de 1557, cf. *ibidem*, pp. 55-59.

¹³ *Ibidem*, p. 63.

na França, era complexo se afastar da concepção de que em um reino deveria existir apenas “uma fé, uma lei, um rei”.¹⁴ A filosofia de Tomás de Aquino acerca do Direito, bem como as ideias expressas nas obras de Jean Bodin, sintetizam de modo conclusivo a narrativa de que a religião era o fundamento basilar dos governos e das normas positivadas. Tal discurso pode, em certo escala, explicar o comportamento de Villegagnon após as discussões teológicas com os pastores calvinistas, na medida em que, ao analisar os riscos que a propaganda calvinista representava para sua fé, para a ordem da colônia francesa, e, indiretamente, para o rei, este optou por defender firmemente sua crença e a legitimidade de seu poder na colônia francesa.

Uma última justificativa abordada, no entanto, de suma relevância, é a que o projeto colonial tinha caráter militar e mercantil. Segundo essa perspectiva, que se afasta um tanto da complexa e nebulosa querela religiosa gerada pela documentação primária, e que se atém mais às questões político-econômicas da época, Villegagnon teria vindo ao Brasil apoiado pelo rei Henrique II para realizar a missão de construir uma imponente fortaleza militar na Baía de Guanabara, que deveria prestar apoio ao comércio marítimo estabelecido entre os portos franceses e o litoral dos territórios luso americanos, além de se beneficiar da posição estratégica da geografia da Ilha de Serigipe, assim denominada pelos indígenas.

A instalação de uma fortaleza não apenas constrangeria o uso da Guanabara por portugueses, mas também viabilizaria operações navais de ataque aos navios lusos e castelhanos que regressavam das Índias Orientais carregados de especiarias. Contribui para esse panorama, o trecho da Carta de Mem de Sá à Regente D. Catarina, em 17 de junho de 1560, em que o governador cita que: “O monsenhor de Villegagnon havia oito ou nove meses que se partira para França com determinação de trazer gente e naus para ir esperar as de V. A. que vem da Índia, e destruir ou tomar estas capitânias, e fazer-se um grande senhor”.¹⁵

¹⁴ CARDOSO, Sérgio, *op.cit.*, p. 177.

¹⁵ Carta de Mem de Sá à regente D. Catarina sobre a conquista da Ilha de Villegagnon, datada de 17 de junho de 1560, cf. SER-RÃO, Joaquim Veríssimo. *Rio de Janeiro no século XVI, tomo II: documento dos arquivos portugueses*. Lisboa: Oficinas Gráficas

A carta do Vice-Almirante da Bretanha ao duque de Guise, documento pertencente ao acervo da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, é outro elemento que reforça tal análise. Na ocasião, Villegagnon informava a François de Lorraine as condições militares da colônia, consignava o término da construção da fortaleza, do numeroso exército de que dispunha graças à participação dos nativos, e da nau que enviou a partir da Guanabara até a Patagônia, na esperança de recolher informações sobre as atividades mineradoras dos castelhanos na região, explicando “que os castelhanos vêm por terra do Peru procurar metais”.¹⁶

Para além das motivações que ocasionaram a construção da França Antártica numa ilha na Baía de Guanabara, cabe ressaltar que aquela foi a primeira colônia francesa no Brasil, fundada sob circunstâncias adversas, tais como doenças, o risco de um confronto eminente com os portugueses residentes em terras próximas do litoral, a dificuldade de se obter víveres, além do desafio de manter os habitantes da colônia sob rígida disciplina, afastados das tentações carnavais; e, ainda, a necessidade de convivência pacífica entre católicos e calvinistas. Citada por Vasco Mariz,¹⁷ a França Antártica possui um cenário único e contrastante em relação a outras empreitadas colonizadoras, pois enquanto os conquistadores lusos e castelhanos labutavam para sobreviver, a presença de intelectuais franceses fez erigir discussões acaloradas e dissonantes que fragilizaram o projeto, até resultar em seu fracasso.

Villegagnon voltou para a França em 1559, para responder à propaganda contrária à sua reputação pelos calvinistas, além de propor um debate teológico com seus antigos aliados e agora inimigos lancinantes, João Calvino e Gaspar Coligny, deixando aos cuidados de seu sobrinho, Bois-le-Comte, a administração da colônia. Em 1560, o governador Mem de Sá bombardeou o forte da colônia francesa, e adentrou a entrada secreta da fortaleza de Villegagnon com o auxílio das informações dadas por Jean de Cointá, francês dissidente do projeto colonial devido à um conflito, de

caráter teológico com Villegagnon. Na França, o cavaleiro de Malta, pautado na teologia católica, escrevia a Catarina de Medici, aos Magistrados de Genebra, a Coligny e para outras figuras políticas, explicando o ocorrido na Guanabara em 1558; defendeu-se das acusações calvinistas e findou sua carreira como embaixador da Ordem de Malta. Não presenciou, portanto, a sangrenta Noite de São Bartolomeu, marco das Guerras de Religião que assolaram seu tempo.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Antônio Luiz Porto e. “A França Antártica, Villegagnon e a Reforma: um projeto colonizador dentro da crise religiosa e outros projetos de dependência com aspectos religiosos quatro séculos”. In: *Revista Navigator*, v.2, n. 3, jun. 2006.
- CARDOSO, Sérgio. “Uma fé, um rei, uma lei: a crise da razão política na França das Guerras de Religião”. In: *A crise da razão*. São Paulo: Companhia de Letras, 1996, pp. 173-193.
- VILLEGAGNON, N. D. *Cartas por N. D. de Villegagnon e textos correlatos por Nicolas Barré e Jean Crespín (coleção franceses no Brasil vol. 1)*. Rio de Janeiro: Batel, 2009.
- PANTALEÃO, Olga. “Franceses, ingleses e holandeses no Brasil quinhentista”. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *A época colonial, tomo I: do descobrimento à expansão territorial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, pp. 147-175.
- LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1961.
- LOUREIRO, Marcelo José Gomes. “O poder naval na defesa do Império Marítimo português”, in: ABREU, Guilherme (org.). *Marinha do Brasil: uma síntese histórica*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2018, pp. 47-67.
- MARIZ, Vasco. “Villegagnon e a França Antártica”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 444, jul/set 2009, pp. 25-37.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Rio de Janeiro no século XVI, tomo II: documento dos arquivos portugueses*. Lisboa: Oficinas Gráficas Manuel A. Pacheco, 1965.

Manuel A. Pacheco, 1965.

¹⁶ Carta de Villegagnon ao duque de Guise datada do último dia do mês de novembro de 1557, cf. VILLEGAGNON, N. D., *op. cit.*, p. 81.

¹⁷ MARIZ, Vasco, *op. cit.*, p. 37.